

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESCENTRALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2024:** Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e quatro, no edifício da Junta de Freguesia de Ossela, sito em Avenida Serafim Ferreira de Paiva, n.º 107, Ossela, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Joaquim Jorge Ferreira**, encontrando-se presentes os/as seguintes Vereadores/as: **Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.**=====

===== Secretariou a presente reunião, o Assistente Técnico, **Jaime Manuel da Silva Marques.** =====

===== Depois de todos/as terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 09h e 40m, dando assim início à mesma. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**=====

===== Intervenção do **Senhor Presidente**: Muito bom dia a todos. Vamos dar início à nossa reunião. Começar, naturalmente, por cumprimentar os caros colegas de executivo, o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Ossela, os funcionários da autarquia, a comunicação social, todos os oliveirenses que nos acompanham pelos órgãos de comunicação social e também o público presente. Estou muito satisfeito com esta moldura humana que temos hoje aqui, não é nada normal, não só nas nossas reuniões de Câmara, mas também noutras reuniões de órgão importantes do nosso concelho. Pedia ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela para nos dirigir algumas palavras. =====

===== O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela - **José Santos**: Apresentou cumprimentos a todos os presentes, agradeceu a escolha de Ossela, berço de Ferreira de Castro, para a realização desta reunião descentralizada e deu nota de que Ossela tem algumas necessidades. =====

===== Intervenção do **Senhor Presidente** (gravação 00:03:00): Muito obrigado pelas suas palavras de acolhimento. Efetivamente é o mesmo que todos pedem, mas também é natural que assim seja, procuraremos dentro da medida das nossas possibilidades darmos resposta àquilo que são os anseios dos osselenses. Começaria agora por vos dirigir umas palavras. Naturalmente, as minhas palavras têm que ser dirigidas esta freguesia e a sua população. E, portanto, é com enorme orgulho e com muito prazer que estamos nesta bonita freguesia de Ossela, conforme disse, é o berço de um dos maiores vultos da cultura portuguesa, um dos nossos maiores escritores, **José Maria Ferreira de Castro**. Esta terra tem uma ruralidade que

*a transforma, como disse, numa das mais bonitas freguesias do nosso concelho. Esta freguesia é efetivamente conhecida pela sua beleza natural, pela qualidade do seu património ambiental. E o Rio Caima, com os seus açudes, é o grande responsável pela criação de locais de grande beleza de que o Pedregulhal, que queremos, como sabem, transformar na primeira praia fluvial do nosso concelho, é um excelente exemplo. Mas a riqueza desta freguesia não se prende apenas com a beleza natural nem com o facto de cá nascido José Maria Ferreira de Castro. Esta freguesia tem muitos outros argumentos e naturalmente que a sua riqueza patrimonial ao nível do edificado também é muito importante. Temos aqui apontamentos religiosos muito relevantes. Temos o Castro de Ossela. Temos também a sua riqueza gastronómica, que muito importante. Mas, sobretudo, e esse é o maior ativo, é o maior ativo nesta freguesia e maior ativo nas outras freguesias, são as suas gentes. E, portanto, o povo de Ossela, é um povo humilde, é um povo bom, é um povo trabalhador, respeitador, e é um povo que têm imenso orgulho no seu passado na sua história, mas também tem muito orgulho, em todo o trajeto, em todo este percurso que souberam construir com a sua dedicação a esta terra. E, portanto, muitos parabéns a freguesia de Ossela e aos osselenses pela realidade que ostentam e, naturalmente, para o conjunto do nosso concelho. Para Oliveira de Azeméis é um orgulho termos uma freguesia como a freguesia de Ossela. É evidente que, esta freguesia tem um conjunto de fragilidades que estamos a procurar resolver. O Senhor Presidente disse, e bem, que elas são do conhecimento mutuo, são sobretudo do conhecimento osselenses, são eles que são os principais prejudicados com a falta de resolução desses problemas. Mas, tem sido dado alguns passos significativos, no que diz respeito a algumas infraestruturas que são consideradas básicas. Tivemos aqui uma profunda requalificação da rede viária, na freguesia de Ossela, que depois teve que ser aberta passado uns tempos porque surgiu um aviso que nos permitiu avançar para outra infraestrutura básica, que é muito relevante para esta freguesia e por todo o concelho, que é a criação das redes de água e saneamento. E esta freguesia já foi bafejada com esse investimento. Mas a intervenção que foi feita na rede viária é sempre uma intervenção inacabado e temos aqui também muitas coisas para fazer, nesse domínio, muitas intervenções por fazer. Ambicionamos ainda, neste mandato, fazermos uma intervenção que permite erradicar o paralelo, pelo menos asfaltar a via de ligação do lugar das Baralhas ao lugar de Vermoim, enquadrando esta intervenção na estratégia que temos vindo a seguir de, erradicar das vias importantes, das vias estruturantes, erradicar o paralelo dessas vias que, como sabem, é um pavimento extremamente perigoso e que causa muitos acidentes. Temos também preocupações ao nível de requalificação do parque escolar. É importante a ampliação da escola Selores, para erradicar os contentores que ainda, infelizmente, fazem parte das respostas que nós temos no nosso parque escolar. É muito importante também resolvermos o problema do Jardim de Infância de Vermoim. Estamos apostados nisso. Vamos também fazer uma intervenção importante, ao nível da requalificação da Escola de Santo António. Está a ser desenvolvido o projeto. Esperamos que durante o mês de novembro fique concluído para criarmos aí o Polo Intergeracional que esta freguesia tanto ambiciona. E temos também a possibilidade de fazermos uma recriação histórica da sala onde Ferreira de Castro aprendeu*

*ou apreendeu os primeiros conhecimentos. Temos também vontade de, conforme foi dito, intervirmos no Parque do Pedregulhal, porque, efetivamente, esse é um dos argumentos que a freguesia pode esgrimir, a sua beleza natural, a sua capacidade e o seu potencial turístico. E julgo que, conforme disse o Senhor Presidente, podemos, em simultâneo, em paralelo, trabalhar esta dimensão industrial. Bem localizada. Evitar que as unidades industriais proliferem um pouco por toda a freguesia, não é isso que se pretende. Queremos que elas fiquem concentradas em local devidamente preparado para o efeito. E depois, sim, aproveitarmos todo o potencial turístico que esta que esta freguesia oferece. Temos também a Ponte Nova, que é um problema, que é uma ligação da freguesia de Ossela ao bonito lugar do Bustelo do Caima. Concluído o moroso processo do projeto, julgo que também estaremos em condições de, se não for ainda este mês, no próximo mês lançar essa obra a concurso. Termino, com algo que é particularmente importante, que é a questão de ETAR de Ossela. A ETAR de Ossela é um problema para o potencial turístico desta freguesia. Porquê? Porque trabalha de forma deficiente e precisa de uma requalificação profunda. Aliás, as duas respostas que nós temos no nosso concelho, ETAR do Salgueiro e a ETAR Ossela, precisam de avultadíssimos investimentos. Não são equipamentos da responsabilidade da Câmara Municipal, são da responsabilidade da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. Mas, há aqui uma preocupação e uma pressão particularmente especial, por parte da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que é a grande afetada, e a sua população naturalmente, pelo facto de nós termos duas infraestruturas que, há muitos anos, há décadas, não recebem obras de beneficiação de atualização e, portanto, já não cumprem eficiente mente o seu papel. E, portanto, nós temos um aviso de candidatura que termina no final do mês de novembro. Temos o projeto de execução da ETAR de Ossela e também da requalificação dos emissários. Não temos ainda concluída, a empresa, a Hidra, está a desenvolver esse projeto há muito tempo pronto para associação de Municípios Terras Santa Maria, não tem concluído ainda o projeto da ETAR do Salgueiro. Mas está estaremos em condições de lançar a candidatura para a requalificação da ETAR de Ossela e depois, logo a seguir, lançarmos a requalificação de ETAR do Salgueiro. Estaremos a falar de um investimento de 10 milhões de euros, repartidos numa proporção de 70/30 entre a requalificação da ETAR e a requalificação de emissários. Mas aquilo que importa é que esta ETAR fique preparada para as próximas décadas. E é isso que efetivamente vai acontecer. E, portanto, era esta a nota introdutória, daria agora muito rapidamente outras informações que eu considero que são importantes: Aproveitar, também, para endereçar algumas mensagens congratulação, em resultado algumas efemérides, de alguns aniversários, de alguns eventos que vão acontecer nosso concelho. Portanto, dar-vos nota também que, finalmente, foram emitidos, pelo Tribunal de Contas, os vistos para as pavimentações de vias. Portanto, estamos a falar de um investimento de cerca de 2,5 milhões de euros, só intervenções diretas nas vias. E, portanto, teremos, muito brevemente, no próximo mês garantidamente, a avançar o processo de pavimentações. Portanto, quase um ano depois, teremos a possibilidade de ter mais de centena e meia de vias a serem requalificadas, mas, naturalmente, muitas outras ficaram para requalificar. Dar também nota que, finalmente veio*

visto para a requalificação da zona industrial do Nordeste, dos Eixos 6 e 7 da Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro. E teremos, com este investimento, que é um investimento também da ordem dos 2 milhões de euros, teremos a zona industrial do Nordeste, que é conhecido por Cesar/ Carregosa/ Fajões, e Área de Acolhimento Empresarial do Loureiro definitivamente requalificadas. E, portanto, teremos aqui a oportunidade de ter um cartão de visita completamente diferente nestas zonas industriais. E naturalmente, aquilo que nós esperamos é que os trabalhadores e os próprios empresários tenham orgulho nos espaços onde têm as suas unidades industriais e onde trabalham. Portanto, temos os vistos finalmente concedidos. Dar nota também que, estamos a desenvolver o procedimento para dotar as freguesias de Carregosa e de Pindelo das redes de água e saneamento. E, portanto, será um investimento também avultadíssimo. Estaremos a falar em cerca de 9.3 milhões de euros. E neste valor está naturalmente incluída a construção de uma ETAR, previsivelmente localizada na freguesia de Pindelo. E, portanto, acrescentaríamos às nossas quatro ETAR, a do Salgueiro e a de Ossela, mais a de Ul e a que brevemente, dia 28 - segunda-feira, vai ser inaugurada a ETAR do Pinheiro da Bemposta, acrescentaríamos uma quinta ETAR. Mas, naturalmente, não ficaremos por aqui porque, precisamos de mais estações de tratamento de águas residuais, não basta ter rede, é preciso depois ter locais para onde encaminhar a rede recolhida, e depois não termos tratamento. Dar-vos nota que este investimento na expansão de rede nestas freguesias de Carregosa e de Pindelo permitirá servir um universo de 5.000 pessoas. E, portanto, é um investimento significativo, muito expressivo. Os projetos estão prontos. Estamos a trabalhar na concretização de outros projetos, para que outras freguesias que têm esta fragilidade possam também beneficiar dos investimentos que permitam dotar o nosso concelho, pelo menos daquilo que são as médias nacionais. Dar os parabéns, pelos 50 anos, à Escola de Fajões. Vamos ter as comemorações amanhã de manhã. Infelizmente, não poderei estar presente, porque tenho uma reunião da Área Metropolitana do Porto onde é fundamental a presença do presidente de câmara porque vamos ter votações importantes. Mas, aproveito para, em nome do executivo, endereçar os parabéns à Escola de Fajões e, a toda a comunidade educativa, agradecer naturalmente todo o percurso que tem feito ao longo deste meio século na formação, na capacitação e na qualificação dos nossos jovens. Agradecer esse trabalho e sublinhar a importância da cerimónia que vai assinalar uma data tão importante e tão relevante como meio século de existência. Sublinhar a abertura do ano escolar, foi na Escola Ferreira de Castro. Aí sim, tivemos, julgo eu, a distinção de docentes e não docentes que se aposentaram e tivemos também oportunidade de saudar e desejar as boas-vindas a toda a comunidade educativa e, fazendo, ao mesmo tempo, uma reflexão importante sobre o novo modelo de educação que é necessário implementar. Não estou a dizer com isto que, tenhamos, necessariamente, reinventar educação de mandato em mandato ou de mudança de governo em mudança de governo, mas, efetivamente, a educação é de tal forma estratégica que precisa de reflexão contínua, reflexão constante. E, portanto, dar os parabéns a toda a comunidade educativa, aos seus professores, aos auxiliares e a todos aqueles que contribuem para a construção de melhores cidadãos. Dar também os parabéns aos alunos premiados Marta Sousa e ao Miguel

*Sousa que foram os alunos distinguidos com Prémios Escolar Ferreira de Castro. Sublinho isto, porque estamos na terra José Maria Ferreira de Castro. Dar também nota da realização de um encontro intermunicipal em Oliveira de Azeméis, sobre um programa de apoio às Comunidades Desfavorecidas. Como sabem, nós estamos a implementar um projeto de apoio às comunidades desfavorecidas com um investimento global, 5,2 milhões de euros. Portanto, é um investimento multidisciplinar em várias áreas, atende problemas sociais, tem várias intervenções em diferentes públicos, em diferentes segmentos da população. Tem muito orientação também para investimentos na promoção do desporto, na promoção da cultura. É um investimento da máxima relevância. Tivemos cá os municípios que compõem esta unidade técnica sul, da qual o Município de Oliveira de Azeméis faz parte, a refletir sobre as questões sociais, sobre as medidas que devem ser implementadas para corrigir as desigualdades sociais, mas, ao mesmo tempo, também a fazer uma avaliação daquilo que tem sido o nosso percurso comum neste domínio. Julgo que Oliveira de Azeméis tem 14 projetos: 9 da sua autoria, 4 projetos num registo de intermunicipalidade, e 1 projeto de apoio a uma IPSS, a Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis. Dar também nota, pela sua importância, porque é mesmo importante, de um curso MRMI que foi dirigido aos responsáveis da Proteção Civil, capacitando-os nesta área de emergência da catástrofe. É muito importante que nós tenhamos a possibilidade de refletir sobre as questões da Proteção Civil, mas ao mesmo tempo de recriar os cenários reais, mesmo de profundo realismo, porque é assim que nós formamos e capacitamos os agentes de Proteção Civil que nós temos no concelho para eventuais acidentes futuros, que nenhum de nós deseja, mas que poderão acontecer. Dar também nota da realização do 14º Congresso do Voluntariado para a Saúde, que reuniu nosso concelho mais de 300 voluntários. Sublinhar também a importância do voluntariado, particularmente nesta área da saúde, nesta área que é que é muito importante. Um evento que foi, naturalmente, apoiado pela Câmara Municipal. Teve vários especialistas a falar sobre várias temáticas. Tivemos 21 ligas de Amigos. Uma organização conjunta da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, da Liga dos Amigos do Hospital de Oliveira de Azeméis, e também da Federação Nacional de Voluntariado para a Saúde. E, portanto, dar nota da importância também deste acontecimento nosso concelho. Sublinhar a 11ª caminhada solidária da Associação Humanitária de Bombeiros de Oliveira de Azeméis, que teve mais de oito centenas de participantes, e também do seu Raid TT, que teve também muitos participantes. Portanto, é a recuperação de uma tradição que estava suspensa no tempo. Este envolvimento da comunidade revela bem o carinho que a população oliveirense tem por esta Corporação, pelas nossas duas Corporações, e manifesta esse carinho através da participação massiva nos eventos que são da autoria das nossas corporações. Portanto, apreciar, também aqui, esta dinâmica dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis que vai muito para além daquilo que é a sua missão. E, portanto, há aqui um envolvimento claro também da Corporação com a comunidade, que é saudável, e que naturalmente dará frutos. E dar, por isso, os parabéns à Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários. Dar também os parabéns à revista Boa Nova. É uma revista que celebra 100 anos de existência. Sublinhar, porque*

*efetivamente espalha pelos quatro cantos do mundo uma mensagem particularmente importante para a nossa diáspora. Portanto, dar os parabéns também a revista Boa Nova. Dar os parabéns também ao Centro Social e Paroquial do Pinheiro da Bemposta, que celebrou 21 anos de existência. Celebrou o seu 21º aniversário e aproveitou para, em simultâneo, inaugurar as obras de ampliação ou de requalificação das instalações, que também foram apoiadas pela Câmara Municipal. São obras importantes, porque permitiram criar nesta resposta social um conjunto de valências, um conjunto de respostas que melhoram a qualidade de vida dos utentes. Aproveitar aqui, porque estive presente no evento, para testemunhar aqui o grande carinho que toda a equipa de colaboradores, toda a equipa que serve esta instituição nutre pelos seus utentes. E, portanto, dar também os parabéns à direção e a toda esta grande família que integra esta também grande instituição. Dar também os parabéns ao Caricas Moto Club, pela sua revitalização, estava parada no tempo e, portanto, tem agora um conjunto de dirigentes que com grande dinamismo já inauguram uma nova sede. Desejar votos de sucesso. Nós tínhamos um estigma associado aos grupos motard. Esse estigma, felizmente, está a ser combatido. Estamos a mudar o nosso quadro mental. Temos vários grupos motard no nosso concelho, que fazem um trabalho extraordinário de relacionamento com a comunidade, participam nos eventos da Câmara Municipal. Eles próprios são autores de alguns eventos que são muito importantes. E, portanto, sublinhar aqui a importância destes grupos na promoção da atividade recreativa, da atividade cultural no nosso concelho. Dar também nota da realização, este fim de semana, da Final da Taça Intercontinental de Hóquei Patins, que vai permitir que a Oliveirense tenha aqui adversários dos melhores que existem na Europa, vamos ter o Sporting, vamos ter os italianos do Follonica e vamos ter também os espanhóis do Igualada. Dar os parabéns também a União Desportiva Oliveirense que celebra o seu 102º aniversário. Desejar-lhe também votos de maior sucesso, agora que, enfim, tenho uma nova direção e seguramente novos desafios. Manifestar a disponibilidade da Câmara Municipal para colaborar, naturalmente, nas soluções para ultrapassar esses desafios. Dar também nota do 3º festival Azeméis Jazz & Blues, que vai acontecer, este fim de semana, sexta e sábado. Vamos ter aqui participantes internacionais, uma dupla cubana e também uma inglesa. Vamos ter também, naturalmente, participantes portugueses. Convidar os oliveirenses a participar no evento. Dar também nota do 25º concurso de poesia Agostinho Gomes. Vamos ter entrega de prémios, na próxima sexta-feira. Sublinhar um aspeto que me parece muito importante, tivemos mais de 800 participantes neste concurso poesia, que é um número absolutamente expressivo e demonstra bem importância do evento e importância do concurso. Dar também nota, já aqui o referi, que vamos ter a inauguração da ETAR (Pinheiro da Bemposta). E convidar-vos para essa inauguração na próxima segunda-feira, dia 28. Vamos ter a presença do senhor Secretário de Estado do Ambiente, doutor Emídio Sousa. É um investimento mais de 1 milhão de euros e contribui, conforme eu já disse também, para ambição, que temos vindo a procurar concretizar, de dotar o nosso concelho das redes de água e saneamento. Que consideramos que são infraestruturas básicas, mas absolutamente relevantes para a qualidade de vida da população. Eram estas notas que eu tinha par vos dar. =====*

===== *Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:21:55): Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, caros colegas Vereadores, colaboradores da autarquia e pessoas que nos acompanham nas suas casas, também cumprimentar o público hoje em grande número aqui a assistir à nossa reunião de câmara, o que é sempre de saudar esta participação cívica e, por último, os mais importantes do dia, os nossos anfitriões, gostaria de cumprimentar o senhor José Santos e a Susana e agradecer-lhes e, nas suas pessoas, cumprimentar toda a equipa desta Junta de Freguesia, os colaboradores da Junta de Freguesia, e também todos os osselenses. Nunca é demais realçar a satisfação e a alegria que temos de vir a Ossela. Como já aqui foi dito, é, de facto, uma freguesia encantadora, uma freguesia terras de Ferreira de Castro, uma freguesia com uma beleza natural extraordinária, uma freguesia que, infelizmente, fruto também de ser uma freguesia com uma grande área florestal, foi muito fustigada pelos recentes incêndios. E gostaríamos de deixar aqui uma palavra de reconhecimento e agradecimento ao Executivo da Junta por todo o acompanhamento que fez das populações e toda a colaboração com a Proteção Civil Municipal também nesse período tão aflitivo. E também deixar aqui uma palavra de solidariedade com todas as vítimas e com todas as pessoas afetadas de Ossela por esta por este flagelo. E desejar que vejam os seus prejuízos reparados no mais curto espaço de tempo. Nós visitámos, recentemente, a freguesia de Ossela, até por ocasião, precisamente do rescaldo dos incêndios tivemos oportunidade de estar em diversos locais da freguesia e contactar com a população e perceber a aflição que foi a de muitas pessoas que tiveram que ser evacuadas, que abandonaram as suas casas sem saber se iriam voltar para as suas casas. Felizmente voltaram. Felizmente não tivemos essas perdas. O que, também foi muito graças ao trabalho de todos, agradecemos e reconhecemos. E tivemos oportunidade de falar também com as populações sobre outras carências que a freguesia de Ossela tem. O Senhor Presidente, elencou aqui muitas. Portanto, vê-se que, efetivamente, o Senhor Presidente sabe quais são as necessidades desta freguesia. Mas essas necessidades, não são de hoje, são de há muitos anos. E há muitos anos que nós falamos sempre da mesma coisa sem ver solução e sem ver uma reparação destas situações. A Praia do Pedregulhal, que o Senhor Presidente está sempre a falar há tantos anos, até hoje não vemos nada, não há ali nada, nenhuma solução, nenhuma obra, nenhuma novidade. Em relação às escolas, também falou, continuamos com a situação da escola de Selores e Vermoim há tantos anos com pré-fabricados, o recreio em cimento, com o perigo que isso representa para as crianças. A Câmara sabe muito bem desta situação, mas, não há resolução. A situação da Ponte Nova, por exemplo, também o Senhor Presidente aqui referiu: é uma situação gravíssima a situação da Ponte Nova, está assim há anos. Há anos que sabemos que aquela Ponte não pode ser frequentada ou atravessada por viaturas. Aliás, tem lá uma proibição de viaturas acima das 3,5 toneladas, creio eu. Mas sabemos também que todos os dias essa proibição é violada pelos madeireiros, pelos camiões dos madeireiros que põem em risco a única ligação que existe aquela parte da freguesia, nomeadamente a Bustelo do Caima. E esta situação da Ponte Nova, está assim há tantos anos sem uma solução à vista, prejudica esta população que está isolada há tantos anos. A população de Bustelo do Caima é uma população verdadeiramente esquecida, isolada.*

*Nem o camião do lixo lá vai fazer a recolha integral dos contentores do lixo que, essa situação, até também é uma situação que nesta altura dos incêndios se verificou como bastante grave. Nem as ruas daquele lugar são reparadas porque não podem passar as máquinas para a reparação das ruas, mas os camiões dos transportes de madeira podem, passam. Não há fiscalização. Não há controlo. E a ponte está naquela iminência de ruína, porque está em perigo, daí haver esta proibição, há tantos anos e nada se faz. Em relação à rede viária de Ossela, Senhor Presidente, o elenco é tão grande que eu não posso, de facto, elencar aqui todas as ruas. O Senhor Presidente anunciou hoje, que finalmente o Tribunal de Contas deu visto para as intervenções nas vias. Gostaríamos de saber, que vias de Ossela é que vão ser efetivamente intervencionadas agora. Sabemos também que, há vias em Ossela que foram esventradas para a colocação da água, depois foram reparadas e agora foram outra vez esventradas para a colocação do saneamento. Sabemos que isto não deve acontecer. E o Senhor Presidente já disse várias vezes que isto não pode e não deve acontecer. Infelizmente, acontece. E aconteceu aqui em Ossela com grande prejuízo para a população de Ossela. Sabemos que as obras implicam de transtornos e danos, mas ter os transtornos duas vezes porque, não sabemos a razão, a obra não foi feita toda junta quando deveria ter sido, é lamentável. E, portanto, gostaríamos de saber: que vias é que vão ser intervencionadas agora neste pacote que tem visto do Tribunal de Contas? Que soluções para a Ponte Nova estão a ser equacionadas? Para quando as obras para as escolas de Selores e de Vermoim? O Senhor Presidente também falou da requalificação da Escola de Santo António, que também já é esperada há tanto tempo, também dados mais concretos. Quando efetivamente o investimento na Praia fluvial do Pedregulhal? Todos essas necessidades que o Senhor Presidente elencou, para quando a sua resolução? Porque, efetivamente, os osselenses sabem quais são as suas necessidades. Todos sabemos. E, efetivamente, não há, há o diagnóstico, não há depois a cura para os problemas, não há solução. E Ossela, apesar de ser uma freguesia que é sempre tão elogiada, tão querida por todos, tão admirada, é uma freguesia que tem sido muito esquecida ao longo dos anos. E, portanto, temos que alterar e inverter esta situação. Há muitos outros assuntos que nós queríamos abordar, mas hoje vamos nos cingir a poucos porque já vimos temos aqui muita população e também com certeza irão abordar assuntos que nós teríamos aqui para falar. Eu tenho só mais dois: Um deles, prende-se com o IC2. Senhor Presidente, nós todos os dias de manhã, quando ligamos a rádio ouvimos os problemas de trânsito em Lisboa, na Calçada de Carris, na Ponte 25 de Abril, ouvimos os problemas trânsito na VCI, no Porto. Não estávamos habituados a ouvir os problemas de trânsito no IC2, em Oliveira de Azeméis. Mas estas duas últimas semanas foi um inferno para os oliveirenses e para todos que tiveram que passar pelo IC2, em Oliveira de Azeméis. Sabemos que as obras são precisas. Saudamos as obras. Sabemos que as obras são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Mas sabemos também que esta intervenção foi um desrespeito total para com ..., Mas o território é nosso. E a população é nossa. E isto foi um desrespeito total com a nossa população. Foi um desrespeito total com as pessoas, sobretudo porque as obras começavam às 8 da manhã. Ou seja, começavam precisamente à hora em que as pessoas tinham que se deslocar para os seus*



*trabalhos, para os seus empregos. E havia filas de quilómetros e quilómetros. Fomos todos vítimas. Eu fui vítima. Todos fomos vítimas desta situação. E, infelizmente, é um profundo desrespeito com esta população. Porque estas intervenções, noutras localidades fazem-se em horários que não afetem as populações, fazem-se à noite. Em Oliveira de Azeméis, não, fazem-se quando eles querem e lhes apetece. E o que é que o executivo de Oliveira de Azeméis fez para evitar esta situação? Foram duas semanas de inferno para os oliveirenses e para todas as centenas ou milhares de pessoas que tiveram que atravessar o nosso território por uma via tão importante com uma IC2. A IP, não pode proceder a estas obras com este desrespeito tão grande pelas populações, tem que o fazer como menor impacto possível na vida das pessoas, porque implicava o corte total da via. E, portanto, imaginem, às 8 da manhã, um corte total do IC2. Portanto, é um pandemónio. Isto é inadmissível. Senhor Presidente, não vou abordar mais assuntos. Há apenas um esclarecimento que gostaríamos por parte do Senhor Presidente, que tem a ver com a situação, que nós falamos na última semana na última reunião de Câmara, do restaurante da Praça da Cidade. Entretanto, nós votámos na última reunião de câmara a resolução do contrato; entretanto, temos assistido a que o espaço já tem lá aviso de novo espaço, que tem obras - queríamos que nos atualize: Então, o que é que se passou? Houve resolução do contrato, não houve? Parece que vai haver uma mudança do negócio. O Senhor Presidente, na última reunião de câmara, disse que essas alterações tinham que ser aceites pela Câmara Municipal, tinham que ser regularizadas situações pendentes e carecia de informação. Portanto, se já há essa informação, se já sabem exatamente o que é que aconteceu, se o contrato foi resolvido ou não, em que pé é que estamos em relação a esse espaço? =====*

*===== Intervenção do Senhor Vereador **José Campos** (gravação 00:32:25): Muito bom dia a todos e àqueles que nos veem e ouvem lá em casa; E o cumprimento muito especial aos osselenses e a todas as pessoas que estão aqui presentes hoje. É, de facto, um gosto, é mesmo um gosto podermos estar numa reunião descentralizada e ter tantas pessoas que vêm aqui, naturalmente, eventualmente, assistir, mas, muito provavelmente, e ainda bem, também colocar questões ao executivo e tentar perceber que soluções é que o executivo tem para aquilo que são os seus problemas. Portanto, sejam bem-vindos. E um cumprimento muito especial a vocês que estão aqui a assistir à reunião. E até por respeito a vocês, embora hoje, e vão verificar isso nos pontos da ordem de trabalhos, é uma ordem de trabalhos curtinha, mas como este período também já vem aqui um bocadinho longa, por respeito a vocês, tenho aqui 3 questões para colocar, vou tentar ser muito sintético para que não achem a nossa reunião muito fastidiosa e dar-vos tempo também para depois vocês, no período público, possam colocar as vossas questões. Portanto, Senhor Presidente, tenho 3 questões rápidas, no fundo, 3 pontos de situação. O primeiro, tem a ver com a Casa Sequeira Monterroso, portanto, Fórum Municipal: A última prorrogação do prazo que aprovámos, em reunião de câmara, para esta obra, era até 11 de outubro, para a conclusão da obra. 11 de outubro, já lá vai. Penso que a obra ainda não está de facto concluída. Poderá estar a faltar, eventualmente, alguns pormenores. Mas aquilo que gostaríamos de saber era: quando é que está mesmo prevista a conclusão ou, se,*

*eventualmente, teremos que aprovar ainda mais alguma prorrogação de prazo aqui em reunião de câmara? Segundo ponto de situação, diz respeito às obras do Mercado Municipal: O Senhor Presidente na última Assembleia Municipal, em resposta a uma questão colocada por um deputado municipal do PSD e explicando, e muito bem, as razões do atraso da obra e pelo facto de ela estar parada, informou-nos que: em outubro, as obras já recomeçariam. Estamos a 24 de outubro, pelo menos, não se vislumbra movimentação no espaço e, portanto, presumo que as obras ainda não tenham recomeçado. E, então, pergunto novamente: porque é que ainda não recomeçaram e quando é que realmente estas obras vão recomeçar? E recordo que, também aqui, o atraso na execução, face àquilo que estava previsto, é já bastante significativo. Por fim, e por último, uma outra questão que também surgiu de uma informação dada por si, numa das últimas que nesta câmara, na única reunião de câmara que tivemos em agosto, tem a ver com a colocação em funcionamento dos 11 postos de carregamento para veículos elétricos: o Senhor Presidente informou-nos que em setembro já estariam a funcionar. Eu penso que não estou enganado, mas se estiver que o Senhor Presidente me corrija, ainda não estarão, pelo menos alguns deles, não parece que estejam a funcionar. Digo isto, porque passei junto do posto que está colocado em Cesar e não me pareceu que estivesse ainda em condições de funcionar. E, portanto, perceber, se assim é, porque é que não ficaram a funcionar em setembro e para quando é que estão previstos então ficar a funcionar? =====*

*===== Intervenção do **Senhor Presidente** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 00:36:00): Vamos então dar resposta às questões colocadas. Senhora Vereadora, estamos inteiramente de acordo. Este a freguesia foi esquecida, são palavras suas, ao longo de muitos anos. É um facto. Felizmente que esse paradigma mudou e, efetivamente, nós temos tido o respeito e consideração que os osselenses nos merece, esta freguesia tem sido alvo de importantes e relevantes investimentos. Muitas coisas há para resolver. Certamente que sim. É muito fácil identificar problemas. É um bocadinho mais difícil resolvê-los, mas é para isso que cá estamos. E é para isso também que, os oliveirenses, reconhecendo a incapacidade que existia no passado para resolver os problemas, entenderam depositar a sua confiança em quem entendem que tem capacidade para os resolver. E felizmente é isso que está a acontecer. E por isso é que, hoje, nós, conseguimos falar de prazos e não de obras. Hoje, a única coisa que nós conseguimos falar é de atrasos, é de prazos. Porque as obras inequivocamente aconteceram. Evidente que nós podemos dizer assim: mas porque é que se faz assim ou se faz assado, porque é que se faz a rede de água e depois não se faz a rede de saneamento? Porque não tínhamos financiamento para isso. É um problema das agendas das agências desenvolvimento e coesão. É um problema de as autoridades de gestão. É um problema do Governo. Aliás, o Município de Oliveira de Azeméis teve particular importância empenhamento para que, no quadro de apoio Norte 2030, os primeiros avisos a serem disponibilizados fossem os avisos das redes de água e saneamento. Isso já aconteceu. O quadro Norte 2030 arrancou há meses. E já temos os avisos para a rede baixa. E já temos os avisos para a rede de alta. E, portanto, o Município de Oliveira de Azeméis agradece às entidades que tem responsabilidades nesta matéria terem tido*

*a sensibilidade e terem tido, digamos, a disponibilidade para acolher esta nossa sugestão. Porque, aquilo que acontece é que, nós temos as nossas estradas em péssimo estado. Mas, como estamos na expectativa de saída dos avisos, não faz sentido fazermos a requalificação dessas vias para depois acontecer o que aconteceu exatamente nesta freguesia de Ossela, que é de meia dúzia de meses depois surgir um aviso para criação da rede de saneamento. É evidente que nós não podemos ignorar o aviso. Nós avaliamos os custos e os benefícios de esventrarmos as estradas. E, naturalmente, optamos por esventrar as estradas porque, enfim, asseguramos que, a resposta, a criação da rede de saneamento fosse uma realidade. E, portanto, é uma questão de olharmos para isto com muita atenção, com muito planeamento. E agora, felizmente, com os avisos a saírem, já estamos em condições de candidatar todas as verbas que temos disponíveis. Estamos em condições de, enfim, apoiarmos essas verbas com parte substancial do investimento a ser assegurado por financiamento municipal e termos efetivamente depois condições para requalificar a rede viária de forma definitiva. É evidente que esta forma definitiva também tem que ser explicada. Porquê? Porque quando se faz uma rede e se prevê um conjunto de ramais há um conjunto de ramais que não são previstos, porque não existe perspectiva de construção, seja de unidade industrial, seja de habitação, seja do que for, e depois aparecem os projetos das pessoas, e ainda bem que aparecem, e esses projetos obrigam a que se ligue a estrutura principal à estrutura da construção que foi feita e, naturalmente, para isso é necessário esventrar a estrada. Mas, dar nota também, de que, estes problemas, são problemas importantes, são problemas relevantes. E, como disse, são do nosso total conhecimento e estamos naturalmente a procurar resolvê-los. A praia do Pedregulhal, não tem tantos anos. A praia do Pedregulhal é um compromisso eleitoral de 2021. E, portanto, não tem tantos anos. Já reunimos, se não foi com a totalidade dos proprietários, foi com 99 por cento dos proprietários. E vamos entrar agora numa fase onde vamos procurar resolver as questões das propriedades, a questão da titularidade das propriedades, que é absolutamente fundamental para se poder avançar com o projeto de execução. Mas, deixo-lhe a garantia, deixo a garantia aos osselenses de que a praia fluvial do Pedregulhal, a praia 365, vai ser uma realidade na freguesia de Ossela. Em relação à Ponte Nova: O lugar de Bustelo do Caima, é um lugar que tem determinadas particularidades, tem determinado tipo de constrangimentos até que impedem que veículos pesados circulem com facilidade. Mas o lixo é recolhido. A questão da Ponte Nova, é uma questão que, conforme tive oportunidade de explicar, vai ser lançado o procedimento concursal para a sua requalificação. Foi feito um investimento substancial no diagnóstico de patologias da Ponte. Aquilo não é olhar para lá e dizer: isto precisa de um reforço das vigas ou de um reforço. Foi preciso criar condições para que, enfim, fossem feitas inspeções aos pilares, fossem avaliados caudais, foram medidos os caudais indiferente com diferentes níveis de pluviosidade. Foi feito o diagnóstico. Foi feito um projeto de intervenção, que é um projeto de intervenção complexo. E estamos em condições de lançar essa obra, conforme eu disse, ainda este mês ou, garantidamente, no princípio do próprio mês. Esta é a informação que me foi dada pelos serviços. Em relação à rede viária: Nós temos a perspectiva de intervir na Rua de São Martinho, - É isso que está no plano de investimentos*

*aprovado agora com o Visto Tribunal de Contas -, na Rua Pio Verde, na Rua da Pedreira, na Rua dos Lavadouros, na Rua do Comércio, na Rua Alfredo Marques e no Largo do Barreiro. São vias que vão ser intervencionadas ao abrigo do plano de pavimentações. Há vias que serão intervencionadas por administração direta, porque não justificava incluí-las neste plano de pavimentações. Mas, este plano de pavimentações prevê intervenções em cerca de 160 vias em todas as freguesias do nosso concelho. E há mais um plano de pavimentações, que está neste momento em fase de preparação, para acudir também a muitas outras vias que estão em mau estado. E, reconhecamos, que muitas dessas vias que estão em mau estado, em freguesias como Madaíl, Nogueira do Cravo, Pinheiro da Bemposta em várias freguesias do nosso concelho, resulta precisamente da rede de água e saneamento que nós estamos a fazer. E não temos nenhum problema com isso. Para nós é absolutamente crítica a criação dessas infraestruturas. E vamos continuar a fazê-lo mesmo que isso signifique sujeitar infelizmente os oliveirenses a alguns transtornos com a rede viária, que vamos procurar também debelar o mais rapidamente que nos for possível. Em relação às escolas: Efetivamente, temos um problema. Como sabe, será muito difícil apontar o dedo a este executivo, naquilo que diz respeito à requalificação do nosso parque escolar, estamos a fazer um enorme esforço para o dotar de condições de dignidade, de condições que as nossas crianças merecem, não só as nossas crianças, todos aqueles que trabalham, toda a nossa comunidade educativa. E, temos, efetivamente, na freguesia de Ossela um problema, que é um problema que se estende a todas as respostas que nós temos instaladas na freguesia. Efetivamente temos, por um lado, Selores, um centro escolar que foi construído com um défice de espaço, foi logo necessário, mal foi construído, dotá-lo de contentores. E os contentores estão há vários anos. Nós estamos a erradicar os contentores da do nosso parque escolar. Pagávamos mais de 100.000 euros, por ano, em contentores. Neste momento, todos contentores que nós temos, com a exceção de um ou dois, são contentores propriedade da Câmara Municipal. A Câmara Municipal comprou-os e rapidamente os pagou com o que poupou em rendas. E aquilo que nós pretendemos é, que no ambiente escola não existam instalações precárias. E, portanto, vamos erradicar das nossas escolas os contentores. É isso que está a acontecer em Casalmarinho, uma escola que está concluída, está neste momento à espera que seja ligada a rede de água e saneamento à rede pública. E vamos continuar a fazer esse trabalho, à medida das nossas possibilidades, naturalmente. Aquilo que gostaríamos era ter capacidade para fazer isto num ápice. Isso não é possível. Sabemos que a vida não é assim. Mas estamos, no quadro definição de prioridades que nós desenhamos, a fazer esse trabalho. Estamos neste momento a desenvolver o projeto de execução da ampliação da escola de Selores. Portanto, essa será uma intervenção prioritária, para erradicarmos os contentores e para criarmos um conjunto de respostas nesta freguesia que são absolutamente essenciais. E depois, logo que tenhamos o projeto de execução, vamos apresentá-lo ao senhor presidente da Junta de Freguesia e vamos procurar discutir com ele a forma como vamos fazer as coisas. Em relação ao IC2: Eu tenho um enorme respeito pelas instituições públicas. Não sou um contribuinte para a sua descredibilização, acho que não o devemos fazer e não alimento, de todo, esse tipo de narrativa. Também não alimento outra narrativa, que é a*

municipalização dos problemas. Veja bem o absurdo que é, dizer que nos outros municípios todos as obras fazem-se noite. E vá-se lá perceber porquê, talvez uma atitude persecutória das Infraestruturas de Portugal ou, se calhar, do senhor ministro das Infraestruturas que não gosta de Oliveira de Azeméis e entende fazer em Oliveira de Azeméis uma intervenção durante o dia. Não é verdade, o que disse. As intervenções das Infraestruturas Portugal fazem-se, de facto, ...

Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**: Eu não disse isso. **Senhor Presidente**: Disse, disse, eu não a interrompi nenhuma vez, não interrompi nenhuma vez, e disse muitas coisas que não correspondem à verdade. Eu estou a dizer a verdade e a senhora já me está a interromper. Deixe-me que lhe diga o seguinte: Como sabe, esse planeamento não é da nossa responsabilidade, nem sequer fomos informados da intervenção que a ser levada a cabo. O que acontece é que: muitas vezes, as intervenções só podem ser feitas durante o dia porque, as empresas que fornecem os materiais que são necessários, nomeadamente os betuminosos, só trabalham durante o dia e não trabalham durante a noite. Quando as Infraestruturas de Portugal - E essa é informação que eu tenho - tem condições ou conseguem reunir as condições para terem esse tipo de fornecimentos a acontecer, pois, então, obviamente que o fazem durante a noite porque, como compreendem, as Infraestruturas de Portugal, é uma entidade credível, é uma entidade pública, e não quer, seguramente, criar problemas, criar dificuldades aos utentes das vias. Não tenho dúvidas rigorosamente sobre isso. Não preciso que a senhora responsável das Infraestruturas de Portugal de Aveiro me diga isso, porque sei que é esse o padrão de atuação das Infraestruturas de Portugal. E, portanto, obviamente que, tenho a certeza absoluta que as Infraestruturas de Portugal procuraram fazer a intervenção causando o mínimo de transtorno possível. A Câmara Municipal também sabe, que nestas 160 vias que vai intervencionar, apesar das legítimas reclamações que tem existido por parte da população, que vão acontecer também reclamações por estarmos a intervir, pelos transtornos que vamos causar. E, portanto, peço desculpa antecipadamente por isso. Mas não é possível fazer de outra forma. Não temos condições para fazer essas pavimentações durante a noite por vários motivos, incluindo os de segurança. Mas aquilo que nós temos como premissa, é procurar que essas intervenções sejam feitas causando o mínimo de transtorno possível às pessoas. Em relação ao Épico: Em relação ao épico, não há nada de extraordinário. Nós fizemos uma resolução do contrato. Mas, se esteve atenta, viu que na resolução do contrato, tínhamos um mês, demos um mês ao inquilino para ele resolver o problema. Efetivamente, ele resolveu-o imediatamente. A dívida que tinha para com a Câmara Municipal, foi imediatamente saldada, - Julgo que foi à volta de 11.000 euros, 10.000 euros, portanto, não faço ideia exatamente do valor, mas julgo que o valor que era dessa ordem de grandeza. A empresa, o inquilino é o mesmo, resolveu alterar o modelo. O modelo, em vez de ser o modelo de restauração, é um modelo - daquilo que sei - mais ligada à petiscaria. Portanto, não há uma alteração, digamos, das premissas da concessão. Mantém-se a mesma empresa. Se não se mantivesse a mesma empresa, teríamos aqui que abrir uma nova concessão. Só se entendêssemos outra coisa. E, portanto, não há nada de absolutamente anormal. As condições para a resolução do contrato, não foi necessário aciona-las. Os senhores resolveram o problema. Estão a redefinir o seu

*negócio. E, portanto, aquilo que nós desejamos é que tenham sucesso com essa redefinição do negócio. Em relação às questões colocadas pelo Senhor Vereador José Campos: A Casa Sequeira Monterroso? Eu fico muito satisfeito por nós falarmos e termos essa preocupação com as prorrogações de prazo que acontecem todas as obras públicas, como sabe. São tantas as vicissitudes que, enfim, as prorrogações de prazo fazem parte dos processos. E nós quando lançamos uma obra com um prazo de execução definido sabemos que esse prazo de execução vai ser sempre largamente ultrapassado. E estamos a falar sem particularidade especiais. Porque, quando a particularidades especiais, como aconteceu no Mercado Municipal, onde temos problemas complexos para resolver. E problemas onde a Câmara, enfim, está a ser a ser, digamos, implicada, mas sem qualquer tipo de responsabilidade. Então as coisas ainda são mais difíceis. Mas, em relação à Casa Sequeira Monterroso, dizer só que: Não sei, mas podia trazer esses números, o nível de execução andarão nos 99.9%. Ou seja, a obra está concluída. O que é que falta? Falta aquilo que é normal nestas coisas. Mesmo tendo sido pedido, há muitos meses, falta a baixada elétrica e falta também, naturalmente, alguns apontamentos que são necessários fazer numa ou noutra coisa que seguramente não estará pronta. Mas, digamos que, são coisas de bricolage, não são coisas estruturais. As coisas estruturais, portanto, as divisórias, os vidros, o mobiliário, o refeitório, tudo está pronto, tudo está equipado. A única coisa que falta são questões que só podem ser realizadas depois de as obras terem sido vistoriadas. E as obras só podem ser vistoriadas quando estão completamente concluídos. E, portanto, temos que ter uma certificação das instalações em termos elétricos e não só. E depois de termos essa certificação, que é da responsabilidade do empreiteiro a sua requisição e a sua execução, é que pode ser pedida a baixada elétrica. Apesar disso, a direção de autarquias da E-redes já há muitos meses que foi contactada pela Câmara Municipal, no sentido, porque tivemos essa preocupação prévia, de percebermos se iríamos ter ali algum tipo de constrangimento em relação aos consumos expectáveis que vamos ter com aquele edifício. Porque nós vamos ter naquele edifício concentrados a maioria dos serviços. Portanto, importa assegurar que a potência, que vai ser utilizada, que vai ser consumida ali está disponível. Essa garantia já nos foi dada. Agora, faltam realmente essas questões. E, portanto, claro que vai ser prevista uma nova prorrogação, pois na prorrogação anterior o prazo definido pelo empreiteiro era 11 de outubro. 11 de outubro já lá vai e a obra ainda não foi rececionada. E, portanto, eles vão apresentar uma nova prorrogação que seguramente vai consumir o mês de novembro. Mas, esperemos nós, que a obra possa ser concluída nas próximas semanas ou muito rapidamente. Porque é fundamental que também possamos iniciar o processo de transferência gradual dos serviços para as instalações porque não vai poder ser feito tudo de uma única vez, como é evidente. Mas para transferir os serviços, é preciso ter as infraestruturas, é preciso ter internet, é preciso ter energia elétrica, é preciso ter um conjunto de condições e essas condições ainda não estão asseguradas. Em relação Mercado Municipal: Efetivamente, é uma quantidade enorme de subempreiteiros. Subempreiteiros que não estão na obra já há muitos meses. Foi preciso reunir com eles. Foi preciso conversar com eles. Foi preciso negociar com eles, porque, obviamente, os subempreiteiros quando apresentar um*

valor, agora, para voltar a obra, tantos meses depois, pedem outro valor. A administração da DAPE, do consórcio da AXIS ARTE, fez esse trabalho. Reunimos com eles, com a administração mesmo, na semana passada para procurarmos perceber quando é que eles podem entrar em obra. O que eles me disseram, era que precisavam desta semana, até ao final do mês, para reunir todas as condições porque um ou outro aspeto não tinham conseguido assegurar, mas que contam durante o mês de novembro entrar em força na obra para procurar concluir no prazo de um ano. Em relação aos postos de carregamento: Eu, não sei responder porque é que ainda não estão em funcionamento. Sinceramente, não tenho essa informação. Vou obtê-la e vou depois transmiti-la. Aquilo que eu sei é que estavam a ser tratadas questões meramente administrativas, que tem a ver com a exploração do sistema por parte da concessionária e, portanto, que, da nossa parte, está tudo pronto, para que entre em funcionamento, já há muitos meses. Estamos à espera que a concessionária que tem questões, também, que eu sei, relacionadas com abastecimentos de energia com esse tipo de particularidades, possa avançar. Mas o prejuízo é deles, não é? O prejuízo é deles e é dos municípios. E, portanto, eu gostaria muito que isso entrasse em funcionamento. Aliás, os serviços já têm indicação para trabalhar num novo pacote postos de carregamento, para tentarmos perceber se há interesse por parte dessas concessionárias em dotar algumas das nossas freguesias que não tem nenhum posto de carregamento elétrico também de um posto de carregamento elétrico. Mas, para isso é preciso que eles entendam que o negócio é rentável, é viável. Mas queríamos dotar a cidade com mais alguns pontos e queríamos também que algumas freguesias, que não foram contempladas neste pacote de 11 pontos de carregamento ultrarrápido, tivessem oportunidade também de ter postos de carregamento elétrico. Julgo que respondi às questões que os senhores vereadores colocaram. =====

===== Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:54:35): Nem sequer é o assunto mais importante da nossa reunião de câmara. Mas, em relação à resposta do Senhor Presidente, relativamente ao IC2, dizer-lhe que: Se por um lado, começa por dizer que a responsabilidade das obras não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Isso já sabemos. Eu também o disse na minha intervenção. Por outro lado, diz que nem sequer foram informados das obras. O que eu acho grave, porque a autarquia deveria ser. E aí a responsabilidade, também não é da autarquia, é das Infraestruturas de Portugal (IP). Mas imediatamente a seguir justificou as Infraestruturas de Portugal - porque são os fornecedores, porque é isto, porque é aquilo..., portanto, justificou invocando um respeito institucional pelas instituições. Eu também tenho muito respeito, Senhor Presidente, pelas instituições, mas também tenho mais respeito pelos oliveirenses. E fui eleita para defender os interesses dos oliveirenses e não das Infraestruturas de Portugal. É obvio que, as Infraestruturas de Portugal, fazem as obras como mais lhe convém. E nem sempre o que mais lhe convém é o que convém às populações. Também não disse que as obras se deviam fazer à noite. Eu dei o exemplo do Porto e de outras cidades onde se faz à noite. Mas, o que eu referi é: começar às 8 da manhã é que é grave, na altura de maior circulação de trânsito. Há um dia inteiro, há horas mortas

de circulação. E a IP sabe quais são os fluxos de circulação na IC2 e as horas em que devia fazer a intervenção para afetar o menor número possível de pessoas. Porque, é obvio que teria que afetar. Mas não nas horas em que iniciou. Portanto, dizer-lhe, Senhor Presidente, que efetivamente ficamos a saber que quanto a isso a Câmara não fez nada para tentar evitar que estes constrangimentos se verificassem durante estas duas semanas. O que é, de facto, lamentável. A responsabilidade é da IP. Mas, o território é nosso, os oliveirenses são nossos e devem ser defendidos por nós. E, a Câmara Municipal, deveria ter feito uma intervenção junto da IP, no sentido de sensibilizar para a alteração dos horários e para o prejuízo que estavam a causar a todos os oliveirenses e, não só os oliveirenses, as todas as pessoas que circulam nesta via e que poderia ter sido, não evitada, mas minimizada. Portanto, foi isso que eu quis dizer. E, obviamente que: atitudes persecutórias do Ministro e da Infraestruturas, em relação aos oliveirenses.... Isso aí, são efabulações. É obvio que, eu não disse rigorosamente nada disso. Apenas disse que as Infraestruturas de facto defendem os seus interesses. E nós devemos defender os interesses dos oliveirenses. Portanto, são coisas que eu acho que não são incompatíveis. São coisas que deveriam acontecer em todos os procedimentos. =====

===== Intervenção do **Senhor Presidente** (*gravação 00:57:20*): Estamos de acordo, não é efetivamente um tema que mereça especial destaque. Temos, efetivamente muitos problemas que preocupam os oliveirenses. Esse, não é seguramente um deles. Mas aquilo que eu disse, com a minha fabulação, evidente que o Senhor Ministro das Infraestruturas, que eu considero, ou a Senhora Diretora das Infraestruturas de Aveiro, não fazem as obras conforme mais lhe convém. Fazem as obras defendendo o interesse das populações, que é para isso que existem essas organizações. E foi apenas e só nessa perspetiva que eu defendi essa instituição, como defendo qualquer instituição pública. Eu disse-lhe:- também fui claro nisso - que não alimento essa narrativa de que as entidades são irresponsáveis; podiam fazer de outra maneira e não fizeram; e que somos, enfim, pessoas de tal forma competentes que do outro lado não está ninguém igual nível de competência, igual nível de preocupação. Não. Eu não alimento esse tipo de narrativa, porque sabemos onde elas nos conduzem. Aquilo que eu tenho para lhe dizer é: acredito, que, as Infraestruturas de Portugal, com a intervenção que planeou no nosso território, mas também com todas as intervenções que planeiam no âmbito da sua responsabilidade e do seu quadro de competências, o faz, tendo sempre presente o superior interesse e a superior preocupação das populações. Não tenho rigorosamente nenhuma dúvida, sobre isso. Não ensaio sequer a possibilidade de as Infraestruturas ser negligente ao ponto de fazer uma intervenção, podendo, ou sabendo que a podia fazer de outra forma, e sabendo que a fazendo daquela forma prejudica a população. Portanto, foi apenas e só isso que eu quis dizer. Porque, conforme diz, e bem, não é um assunto que mereça mais destaque do que para além daquele, temos coisas bem mais importantes para fala sobre Oliveira de Azeméis e sobre os oliveirenses, essas sim, verdadeiramente preocupantes. =====

===== **ORDEM DO DIA** =====



===== A Câmara Municipal tomou conhecimento, apreciou e ratificou os seguintes documentos: I/67540/2024 - Modificação Orçamental nº 21/2024; - I/66562/2024 - Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 04/10/2024 a 17/10/2024. =====

===== **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS** (gravação 00:59:20): O Senhor Presidente colocou à votação a ata nº 72 (I/66073/2024) e a ata nº 73 (I/66077/2024), as quais foram aprovadas por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto o Senhor Presidente da Câmara Municipal Joaquim Jorge Ferreira (ata nº 72) e a Senhora Vereadora Inês Dias Lamego (ata nº 73), por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== **EDUCAÇÃO** =====

===== **ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR - ANO LETIVO 2024/2025 - NÚMERO DE BOLSAS A ATRIBUIR ATRAVÉS DO PATROCÍNIO POR ENTIDADES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS (I/66870/2024) - APROVAÇÃO/ACEITAÇÃO** (gravação 01:01:00): Pela Senhora Vereadora Inês Lamego, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O I/54684/2024: Atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior - ano letivo 2024/2025, que fixa em 40 (quarenta) o número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal, a que se somarão as bolsas resultantes dos montantes doados por empresas do concelho; - O n.º 1 do art.º 15.º do regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior - regulamento n.º 1142/2024 publicado em Diário da República, 2ª série, de 9 de outubro de 2024, que prevê a possibilidade de reforço do número de bolsas a atribuir através do patrocínio por entidades públicas e/ou privadas; - Que os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação, ensino, formação profissional e ação social (art. 23º, nº 2, d) e g) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações); - Que compete à Câmara Municipal: a) aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário, sendo esta competência indelegável no Presidente da Câmara; b) deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílio económico a estudantes (art. 33º, nº 1, j) e hh) e art. 34º, nº 1 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); - Que há empresas e associações do concelho que se mostraram disponíveis para, no âmbito da sua política de responsabilidade social, financiar bolsas de estudo a atribuir pelo município, no âmbito do Regulamento de Bolsas de Estudo para alunos do ensino superior. Proponho: 1) A aceitação das doações constantes da listagem anexa, que serão afetadas exclusivamente aos fins previstos no Regulamento de Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior; 2)

Somar as 13 bolsas resultantes dos montantes doados por empresas e associações do concelho, às 40 a atribuir pela Câmara Municipal, aprovadas em RC de 10/10/2024 - I/54684/2024, perfazendo um total de 53 bolsas para estudantes do ensino superior para o ano letivo 2024/2025, num valor global de 79.500,00€ (setenta e nove mil e quinhentos euros), 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) por cada bolsa de estudo. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível o nº 1800 de 2024, conforme determina a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro e DL nº 127/2012 de 21 de Junho e respetivas alterações.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **MINUTAS DE ADENDAS AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A AUTARQUIA (N.º 049/2023), NO DOMÍNIO DA SAÚDE (I/65838/2024) - APROVAÇÃO E CONVALIDAÇÃO** (gravação 01:02:40): Pela Senhora Vereadora Inês Lamego, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que na sequência da aprovação pela Câmara Municipal em 09.11.2023, e pela Assembleia Municipal em 27.11.2023 (I/67564/2023), foi em 04.12.2023, celebrado Auto (n.º049/2023), entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, e o Município de Oliveira de Azeméis, que concretiza a Transferência de competências, no domínio da Saúde, para este, e respetivas Adendas (I/62325/2024 e I/31476/2024); - A necessidade de se proceder a atualização do clausulado, mais concretamente, declarando acrescentar: a) “...ao anexo IV.A. do Auto de Transferência n.º ARSN\_049/2023, Anexo IV - Maria Assunção Oliveira Pinho Soares e Maria Rosaria Silva Barbosa ....” ; b) “...ao anexo IV.A. do Auto de Transferência n.º ARSN\_049/2023, Anexo IV - IV.A. Identificação dos Recursos Humanos (RH), inseridos na carreira de assistente operacional, transferidos para o Município, através do Auto de Transferência n.º ARSN\_049/2023. Nome MARCO AURELIO OLIVEIRA JESUS ...” ; c) “...ao anexo IV.A. do Auto de Transferência n.º ARSN\_049/2023, celebrado em 04 de dezembro de 2023 - Anexo IV - CECILIA MARIA SA OLIVEIRA REIS ...” ; d) “...aos anexos II.D e III.A do Auto de Transferência n.º ARSN\_049/2023, celebrado em 04 de dezembro de 2023-Anexo II - IID-Identificação dos equipamentos (não médicos) afetos e fixos ao edificado da propriedade da ARS, cuja gestão é transferida para o Município Wallbox - ProWallbox Move (6) + Anexo III .A “A. Identificação do equipamento de transporte, cuja titularidade é transferida para o Município, através do Auto de Transferência n.º ARSN\_049/2023 (6 veículos ligeiros de passageiros)...” - Conforme Minutas de Adenda ao Auto de Transferência, que se anexam; Ao abrigo do art.º 20.º do DL n.º 23/2019, de 30.01 na redação atual conjugado com a alínea g) do n.º 2 do art.º 23º, alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual; Proponho: - A aprovação das Minutas de Adenda ao Auto de Transferência de competências para a autarquia, no domínio da saúde, que se anexam, bem

como a convalidação de todos os atos que foram praticados com efeitos à data que dos mesmos consta ou foram praticados; - Que se submeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

===== **FINANCAS E CONTABILIDADE** =====

===== **MINUTA DE ADENDA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO - OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA APLICAÇÃO EM PROJETOS DE INVESTIMENTO - LINHA BEI PT 2020 - NORTE-08-5673-FEDER-000212 - “REQUALIFICAÇÃO DE EBI / JI DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” (I/65741/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 01:03:25): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Operação de financiamento para aplicação em projetos de investimento - Linha BEI PT 2020 - operação PT2020\_NORTE-08-5673-FEDER-000212 “REQUALIFICAÇÃO DE EBI / JI DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” - I/84429/2020, aprovada em Reunião de Câmara Municipal de 27 de agosto de 2020 e em Assembleia Municipal de 19 de setembro de 2020, o qual celebrado a 16/12/2020; - Que o montante de financiamento contratualizado para o financiamento do operação PT2020\_NORTE-08-5673-FEDER-000212 “REQUALIFICAÇÃO DE EBI / JI DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” foi de até 596.023,22€, calculado de acordo com as condições estipuladas no despacho nº 6200/2018, de 26 de junho e no despacho nº 6323-A/2018, de 28 de junho, tendo por base os dados naquela data da candidatura operação supra identificada ; - Que conforme e-mail da AD&C, datado de 11/10/2024 (em anexo), no seguimento da reprogramação da operação PT2020\_NORTE-08-5673-FEDER-000212 “REQUALIFICAÇÃO DE EBI / JI DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” associada ao empréstimo supra referido, as condições do financiamento reembolsável foram alteradas de acordo com o parecer da Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, implicando um ajustamento no valor do empréstimo, de 596.023,22€ para 242.803,69€, valores já confirmados pelo Núcleo Competências da Gestão de Candidaturas e Fundos Comunitários desta Câmara Municipal; - Nos termos do disposto na Cláusula 16ª do contrato de financiamento celebrado, qualquer alteração ao presente contrato deverá revestir a forma de documento escrito assinado pelos Outorgantes; - A minuta e respetivos anexos enviados pela Agencia de Coesão e Desenvolvimento, I.P., no dia 11 de outubro de 2024, em anexo; Face ao exposto e normas retrocitadas, proponho: - A aprovação da minuta e respetivos anexos (em anexo), da 1ª Adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação PT2020\_NORTE-08-5673-FEDER-000212 “REQUALIFICAÇÃO DE EBI / JI DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS”, celebrado em 16/12/2020, implicando um ajustamento no valor do empréstimo de 596.023,22€ para 242.803,69€. Remeta-se posteriormente a adenda supra mencionada ao Tribunal de Contas para os devidos

efeitos.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA - AMTSM (I/66182/2024)** (gravação 01:04:05): Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 165/2024: 3.549,85€ - Transferências Correntes de Agosto de 2024; Fatura nº 166/2024: 1.013,11€ - Transferências de Capital de Agosto de 2024; Fatura nº 177/2024: 1.836,19€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Agosto de 2024; Fatura nº 183/2024: 12.001,88€ - Transferências de Capital – Reparação de Rotura no Emissário Salgueiro Poente no Cruzamento com a linha Férrea do Vouga; Fatura nº 191/2024: 4.403,67€ - Transferências Correntes de Setembro de 2024; Fatura nº 192/2024: 1.531,56€ - Transferências de Capital de Setembro de 2024; Fatura nº 203/2024: 4.214,97€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Setembro de 2024.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços.=====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO - ACADEMIA DE MÚSICA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS - APOIO FINANCEIRO CURSO BÁSICO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO DE MÚSICA EM REGIME ARTICULADO - ANO LETIVO 2024/2025 (I/66851/2024) - APROVAÇÃO DE MINUTA** (gravação 01:04:35): Pelo Senhor Vereador Rui Luzes Cabral, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a atividade da Academia de Música de Oliveira de Azeméis assume-se como de relevante interesse municipal, porquanto tem vindo a contribuir de forma permanente e significativa para assegurar o ensino artístico de música, de forma certificada, desde a iniciação à pré-profissional, proporcionando ao mais elevado número de jovens o acesso à prática musical especializada, única no Concelho de Oliveira de Azeméis; - Que em 21/02/2003 a AMOA recebeu Autorização definitiva de funcionamento/DREN n.º 98 e a academia está integrada na rede territorial da DGEstE - DSRN e tem como principal objeto o ensino da Música e outras atividades complementares e paralelas, tendo como finalidade a formação de instrumentistas bem como a promoção cultural no seio da população de Oliveira de Azeméis, seu concelho e área de influência. - Que a AMOA, tem aprovada candidatura ao abrigo de concurso aberto nos termos da Portaria n.º 224-A/2015 e posterior alteração pela Portaria n.º 140/2018 de 16 de maio, designada Contrato Patrocínio para o ano letivo 2024/2025, em que estão definidos os números de alunos/as, o nível de ensino (Iniciação, básico e secundário) e o regime (articulado ou supletivo), a financiar bem como os respetivos valores; - Que para o ano letivo 2024/2025, serão apoiados pela DGEsTE 151 alunos no ensino básico - articulado, no entanto existem 39 alunos sem

qualquer financiamento em vicissitude do orçamento disponível pela DGEsTE e que importa assegurar a conclusão do seu ciclo formativo; - O direito à educação e à cultura, cabendo ao Estado promover a democratização da educação e demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribuindo para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (art.º 73.º n.º 1 e 2 da CRP); - O teor do ofício da Academia de Música de Oliveira de Azeméis -E/28258/2024, em que apresenta o pedido de apoio e colaboração para o ano letivo 2024/2025; -Que se pretende promover, estimular e apoiar o ensino, em domínios insuficientemente abrangentes pela rede pública, mais concretamente aos estabelecimentos de ensino artístico especializado de música, da rede de ensino particular dos cursos de ensino básico em regime articulado; - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra (art.º 33.º n.º 1, alínea u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual); - Que a atribuição de apoios financeiros está sujeita aos procedimentos previstos no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e é precedida de avisos de abertura de candidatura, a estabelecer por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador/a da área com competência delegada na matéria e a publicar em edital e no sítio da Internet do Município, (cf. estatuído no n.º 1, do art.º 6º); - É do interesse público que alguns dos alunos não apoiados, porque não existe capacidade financeira para os apoiar a todos, possam à semelhança dos demais ter acesso a formação musical, pelo que conforme despachos do Sr. Vereador Rui Luzes, designadamente de 7 de outubro de 2024 ” ...Atribuímos 78 000€ para o apoio de 39 alunos, mantendo a prática histórica de apoiarmos a AMOA com 2000€ por cada aluno do ensino articulado, que não seja apoiado pela DGEST; Item 2 - Para a aquisição de instrumentos atribuímos o valor de 5.000€. (...), Pelo exposto, entendo que está justificada a dispensa do aviso de candidatura. É manifestamente inviável por inexistência de recursos a elaboração de avisos /regras para todas as áreas em simultâneo, estando a ser aplicado o Regulamento de forma gradual em especial incidência nas áreas do desporto.” - Assim, face ao acima exposto e considerando que a concessão de apoios deve ter presente o princípio da igualdade, justiça, equidade, imparcialidade e as regras da atividade administrativa, pelo que, sendo um apoio financeiro, para ciclos formativos constituídos por um agregado de vários anos letivos, pelo que a interrupção ou alteração dos apoios colocava em causa os apoios já concedidos no passado, bem como todo o fundamento do interesse municipal, assim ao abrigo do número n.º 2 do artigo 6.º, foi dispensado o aviso de abertura, nesta conformidade mantendo-se o valor do apoio nos termos similares aos anos anteriores; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, tendo em conta o objeto do protocolo; - A designação do trabalhador Sérgio Bastos como Gestor do presente Protocolo (art.º 290.ºA do CCP). Proponho: Nos termos e com os fundamentos

expostos, a aprovação da minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis, que estabelece a forma de cooperação entre as partes, no respeitante ao apoio para o desenvolvimento das atividades no âmbito do ensino básico artístico especializado de música em regime articulado - ano letivo 2024/2025, ao abrigo do art. 33.º n.º 1, alínea o) e u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1799/2024, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

= **NÚCLEO DE COMPETÊNCIAS DE AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA** =

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS À EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO (I/64437/2024) - APROVAÇÃO/RATIFICAÇÃO** (gravação 01:05:10): Pelo Senhor Vereador Rogério Ribeiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Associações Culturais e Juntas/Uniões de Freguesia promoveram ou vão promover atividades ruidosas temporárias, tendo sido solicitado a isenção do pagamento das taxas de emissão de alvarás de licença especiais de ruído; As referidas entidades e as atividades ruidosas temporárias enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6.º, do referido regulamento; Os valores das taxas a isentar para a emissão dos alvarás solicitados são os constantes nas tabelas 1 e 2; Ao isentarem-se as referidas taxas o Município de Oliveira de Azeméis estará a apoiar, promover e a incentivar a prática de festividades tradicionais e culturais, justificando-se assim o interesse público municipal e até como forma de incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, religiosas, entre outras nos termos e para os efeitos do art.º 23.º n.º 2 alíneas e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Nos termos do n.º 9, do Art.º 16,º da Lei nº 73/2013, na sua redação atual, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da Assembleia Municipal, no caso via critérios estabelecidos no regulamento citado; Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1, do Artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio à realização de eventos com interesse para o município e apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; Assim, no uso das competências da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, reconheço o direito e proponho a isenção do pagamento das taxas identificadas na tabela 1, apresentada em documento anexo à presente proposta de deliberação. Ainda, nos termos do n.º 3, do artigo

35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações e dadas as circunstâncias excepcionais e por motivo de urgência não ter sido possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, e no uso excepcional das competências atribuídas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, foi reconhecido o direito à isenção do pagamento das taxas para atividades ruidosas temporárias referidas na tabela 2, também apresentada no documento anexo à presente proposta, devendo este ato ser submetido a ratificação na reunião de Câmara Municipal. Mais se efetue a devida publicação, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do Art.º 79º da Lei n.º 73/2013.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **DECLARAÇÃO DE ABANDONO DO VEÍCULO COM A MATRÍCULA 37-65-LE NÃO RECLAMADO QUE SE ENCONTRAVA EM SITUAÇÃO DE ESTACIONAMENTO INDEVIDO/ABUSIVO NA VIA PÚBLICA (I/66060/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 01:05:45): Pelo Senhor Vereador Rogério Ribeiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 2/98, de 3 de janeiro, 265-A/2001, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 20/2002, de 21 de agosto, e pelo Decreto-lei n.º 44/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis procedeu à remoção do veículo com a matrícula 37-65-LE da Rua das Cavadas, na freguesia de Santiago de Riba-Ul, por encontrar-se em estacionamento indevido/abusivo, nos termos definidos no Artigo 163.º, considerando que compete à Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos (Artigo 33.º, n.º1 alínea rr) da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua atual redação). Neste seguimento, após notificação ao atual proprietário inscrito do veículo em questão, e decorrido o prazo de reclamação, de 30 dias úteis, tendo em consideração o seu estado, presume-me o abandono deste veículo, nos termos do n.º 4 do Artigo 165.º do Código da Estrada, que se transcreve: “Se o veículo não for reclamado dentro do prazo previsto nos números anteriores é considerado abandonado e adquirido por ocupação pelo Estado ou pelas autarquias locais.”. De acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto “sempre que se verifiquem situações de abandono de veículos, nos termos de artigo 165.º do Código da Estrada, as autoridades municipais ou policiais competentes procedem ao respetivo encaminhamento para um centro de receção ou um operador de desmantelamento, sendo os custos decorrentes desta operação da responsabilidade do proprietário do veículo abandonado”. Desta forma, compete à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos do Artigo 33.º, n.º 1 alínea cc) da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua atual redação, sendo que, o veículo a alinear deve ser considerado como Veículo em Fim

de Vida (VfV), sendo que constitui um resíduo, na aceção do disposto na alínea aa) do n.º 1 do Artigo 3.º Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, aprovado no anexo I, na atual redação conferida pela Lei n.º 52/2021, de 10/08, conjugado com a alínea qqq) do n.º 1 do Artigo 3.º do Decreto-lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, republicado no Anexo V do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro. Face ao exposto, propõe-se que o veículo com a matrícula 37-65-LE seja considerado abandonado e alienado dos bens classificados como dispensáveis, por se tratar de um VfV, devendo a venda ser efetuada por hasta pública, através do contrato de alienação de veículos em fim de vida celebrado com a empresa IIOP.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços.=====

===== **HABITACÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **PROLONGAMENTO DA “TRAVESSA DA QUINTA” E PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DE CAMINHO PÚBLICO N.º 227 (UF PINHEIRO DA BEMPOSTA, TRAVANCA E PALMAZ), PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DE CAMINHO PÚBLICO N.º 358 (FREGUESIA CUCUJÃES) (I/64470/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 01:06:25):

Pela Senhora Vereadora Ana Filipa Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Proposta de prolongamento da Travessa da Quinta localizado em Palmaz (ver dossier anexo); - Proposta de classificação de caminho público, agora denominado por caminho n.º 227 em Pinheiro da Bemposta (ver dossier anexo); - Proposta de classificação de caminho público, agora denominado por caminho n.º 358 em Vila de Cucujães (ver dossier anexo); - Que após o período de 30 dias de discussão pública não houve qualquer contestação (edital em anexo); Proponho: Nos termos da alínea ccc) do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro que seja remetido para a Assembleia Municipal o presente pedido nos termos da sua competência prevista na alínea q) do art. 25º do mesmo regime.” A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** referiu que (gravação 01:07:05): Com base no parecer favorável do Grupo de Trabalho dos Caminhos, que analisou todas estas situações, nós votamos a favor. Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

===== **REUNIÃO PÚBLICA - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** =====

===== Aberto o período de intervenção ao público, o Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra ao munícipe, **Tiago Neves**, residente em Cucujães, que manifestou o seu desagrado pelas obras na Avenida João Pinto Bessa, uma vez afeta os comerciantes e também pela redução do número de lugares estacionamento em frente à escola. Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra às munícipes, **Liliana Oliveira**, **Ana Ferreira**, **Sónia Cruz**, **Márcia Correia**, **Márcia Leal**, **Alana Canto**, representadas por **Liliana Oliveira**, residente em Macieira de Sarnes, que solicitou a



possibilidade de o autocarro efetuar um horário de passagem coincidente com a saída dos alunos, nomeadamente às 13:30 às 15:15. Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra à munícipe, **Cristina Fernandes**, residente em Ossela, que solicitou, caso existam, apoios para reflorestação da área ardida, bem como para limpeza/criação de caminhos florestais, a deslocação de um técnico à freguesia para apoio no registo dos terrenos - BUPI. Questionou ainda, se é necessária licença ou não para limpeza dos terrenos e novas plantações de eucalipto e pinheiro. O Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra ao munícipe, **José Costa**, residente em Nogueira do Cravo, que solicitou apoio para a colocação de um sistema de cadeira elevatória para uma munícipe, com dificuldades motoras, que reside num prédio sem elevador em Cucujães. O Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra à munícipe, **Ana Amorim**, residente em Cucujães, em representação da Associação de Pais da Escola do JI do Picoto, que alertou para o facto de existirem falta de assistente operacionais nas escolas, nomeadamente na escola do Picoto - Cucujães. E também alertou para a falta de segurança, na Avenida João Pinto Bessa, devido às obras que lá se estão a realizar. O Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra ao munícipe, **José Leite**, residente em Ossela, que solicitou obras na Ponte Nova, bem como o arranjo/alargamento da rede viária circundante e criação de acessos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra ao munícipe, **António Neves**, residente em Cucujães, que reclamou sobre as obras na Avenida João Pinto Bessa, e solicitou que o executivo se desloque ao local para falar com os residentes sobre as necessidades para o local. O Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra à munícipe, **Catarina Carvalho**, residente em Cucujães, Presidente da Associação de Pais da Escola de Faria de Baixo, que solicitou o aumento/reforço de assistentes operacionais nas escolas, bem como se criasse uma bolsa de recrutamento para substituição de auxiliares que estejam de licença. Pelo **Senhor Presidente** referiu que: Relativamente aos transportes escolares: o problema dos horários (13:30, das 15:30 e das 18 hora) está identificado (linha 1207), foi reportado, e será resolvido; Relativamente à limpeza dos caminhos florestais referiu que a Câmara faz, juntamente com os bombeiros, a identificação dos caminhos que são prioritários para eles em termos de intervenção. Relativamente ao BUPI, referiu que a Câmara está disponível para articular com as Juntas de Freguesia a deslocação de um técnico para efetuar o registo das propriedades. Referiu ainda que, a reflorestação/movimentação de terras deve ser comunicada à Câmara e que para alterar a cota dos terrenos é necessário licenciamento; Relativamente ao apoio social a uma munícipe (instalação de cadeira elevatória), referiu que a ação social está a acompanhar a situação; Relativamente à falta de assistentes operacionais nas escolas, referiu que, não é fácil fazer a substituição de um assistente operacional que se encontre de baixa médica, porque existem prazos que têm que ser cumpridos, os rácios (assistentes operacionais é de um por cada conjunto de 15 a 30 alunos) estão a ser cumpridos e que foi feito um esforço enorme para cumprir os rácios; Relativamente à Avenida João Pinto Bessa, referiu que, relativamente à segurança vai solicitar ao fiscal da obra verificar (movimentação das máquinas) se estão a ser cumpridas as regras de segurança. Informou que, não vai diminuir o número de lugares de

*estacionamento, vai ser criada uma zona de segurança na envolvente escolar, e solicitou que fosse dado o benefício da dívida; Relativamente à necessidade de obras na Ponte Nova e o alargamento da via, referiu que não havia nada a dizer e que o senhor (José Leite) tinha razão. Relativamente aos acessos (Carvalho para o Crasto), referiu não é possível pavimentar caminhos que estejam classificados como zona REN; Quanto à Escola de Faria de Baixo, referiu que, é uma escola especial (tem uma unidade de acolhimento de crianças com necessidades educativas especiais), tem um rácio de um assistente operacional por cada oito alunos, é uma escola especial é particular e a abordagem é diferente da que existe nas outras escolas. O Senhor Vereador **Rui Luzes Cabral**, referiu que, a gestão dos recursos humanos (assistentes operacionais), no dia a dia, é feita pelos Agrupamentos. Já foi comunicado à tutela a situação das crianças com necessidades educativas especiais. Na escola de Faria de Baixo tem um assistente operacional por cada oito crianças. E que a preocupação da Câmara /Gabinete de Educação é que as crianças estejam bem e que está disponível para ouvir os pais. =====*

*===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3, e para efeitos do disposto no nº 4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. =====*

*===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respetiva leitura, conforme determina o nº 4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. ==*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar; o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12 horas e 45 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Jorge Ferreira, e por mim, Jaime Manuel da Silva Marques, que na qualidade de secretário a redigi. =====*

*O Presidente da Câmara Municipal,*

*O Secretário,*